

## A IGREJA E SUA CONFSSIONALIDADE

*João Alves dos Santos\**

### RESUMO

A igreja precisa de uma confissão de fé? Qual o conceito de confessionalidade à luz da Bíblia? Como entender a máxima “Igreja reformada sempre se reformando” como sendo compatível com a ideia de uma confessionalidade estável? Quais os usos que a igreja pode fazer de sua confessionalidade e quais os limites a que ela deve estar subordinada? Neste artigo o autor pretende oferecer uma resposta a essas perguntas à luz das Escrituras e da própria experiência da igreja ao longo de sua história. Pretende demonstrar que a confessionalidade não é apenas parte intrínseca da fé, mas também uma consequência natural dela. Argumenta que a igreja não pode abrir mão de uma confessionalidade fixa sem que também abra mão de sua identidade cristã e da salvaguarda da firmeza e pureza doutrinárias, em consonância com os postulados bíblicos. Argumenta que o slogan “Igreja reformada sempre se reformando” deve ser entendido à luz dos escritos e da prática dos reformadores, não como um incentivo a mudanças na confessionalidade da igreja, uma vez alinhada às Escrituras, mas como um alerta a manter essa confessionalidade sempre coerente com o ensino bíblico e a evitar e, se necessário, extirpar dela, qualquer mudança que se afaste desse ensino. Apresenta vários usos da confessionalidade para a Igreja, como a proclamação da fé, a instrução e identificação dos seus membros e até mesmo sua disciplina, quando necessário. Reconhece, todavia, que há limites que devem ser respeitados para que a confessionalidade não se torne apenas fator de divisionismo ou de restrição à liberdade de consciência e crença entre os que comungam da mesma fé, no

---

\* O autor é mestre em Divindade e em Teologia do Antigo Testamento pelo Faith Theological Seminary e em Teologia do Novo Testamento pelo Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição. É professor assistente de Novo Testamento e coordenador da Educação a Distância (EAD) do CPAJ. É também professor do Seminário JMC e ministro da Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil.

que diz respeito a questões secundárias não tratadas nas Escrituras ou sobre as quais elas não são tão claras ou evidentes.\*\*

### **PALAVRAS-CHAVE**

Igreja; Confessionalidade; *Ecclesia reformata et semper reformanda est*; Confissão; Fé.

### **INTRODUÇÃO**

Muitos entendem que a ideia de confessionalidade, pelo menos de uma confessionalidade estável, está na contramão do desenvolvimento da igreja, impedindo-a de ser dinâmica e atualizada. Uma confessionalidade “engessada”, para usar o adjetivo da moda, não estaria seguindo o espírito da Reforma que, supostamente, estimula constantes mudanças. É como interpretam a máxima *Ecclesia reformata semper reformanda est* (igreja reformada sempre se reformando – ou sempre sendo reformada).

Numa época de relativismos de toda natureza, inclusive teológica, não é de se estranhar que a ideia de confessionalidade não seja tão bem-vista. Esta, todavia, não é uma crítica nova. Sempre houve na história da igreja aqueles que não se conformaram com o fato de ser ela identificada e regulada por credos e confissões. O historiador Philip Schaff lembra que a autoridade e o uso desses símbolos doutrinários têm sido questionados por socinianos, quacres, unitarianos e racionalistas, ao longo dos anos. A alegação é de que esses símbolos impedem a livre interpretação da Bíblia e o progresso da teologia; interferem na liberdade de consciência e no direito de juízo individual; geram hipocrisia, intolerância e fanatismo; produzem divisões e transtornos; perpetuam a animosidade religiosa e o sectarismo, além de causarem outros males.

Ao mesmo tempo em que lembra que essas objeções foram respondidas por estudiosos como William Dunlop, em seu prefácio à Coleção das Confissões Escocesas, e em outras obras posteriores, Schaff salienta que isso acontece quando os credos ou confissões são postos acima das Escrituras e não subordinados a elas. Salienta ainda que, se fossem válidas essas críticas, tais credos não seriam mais responsáveis por esses abusos do que as próprias Escrituras, das quais eles devem ser vistos como meros sumários ou exposição. Diz ainda que a experiência tem demonstrado que essas seitas que rejeitam todo e qualquer credo se mostram tão sujeitas à autoridade de um sistema tradicional, ou de alguns autores favoritos, e tão expostas a controvérsias, divisões e mudanças como estão as igrejas que possuem confissões e credos formais. Conclui que nem a presença dos credos e nem a ausência deles pode oferecer

---

\*\* Este artigo é uma condensação e adaptação do texto “O caráter confessional da fé reformada”, do mesmo autor, que figura como o capítulo 2 do livro *A Glória da Graça de Deus*, editado por Franklin Ferreira (Editora Fiel, 2010). A condensação e publicação nesta revista foram autorizadas pela editora.

proteção absoluta à pureza da fé e prática cristãs. As melhores igrejas, diz ele, têm entrado em declínio e degeneração, assim como igrejas corrompidas podem ser reavivadas e regeneradas pelo Espírito e pela Palavra de Deus, que permanece para sempre.<sup>1</sup>

Em vista desses fatos, é necessário que o assunto seja considerado, ainda que apenas nos seus elementos básicos, para que se verifique se a confessionalidade é ou não parte essencial da identidade de uma igreja verdadeira. Não é nossa pretensão esgotar esse tema, não só pela exiguidade de espaço neste artigo como pela própria complexidade do assunto. Nosso objetivo é apresentar, primeiro, o que entendemos ser o conceito bíblico de confessionalidade, examinando a ideia de fé como a aceitação de um conjunto de verdades bíblicas; em seguida, propor uma forma de entender o lema “Igreja reformada sempre se reformando” e, finalmente, discutir o uso e os limites da confessionalidade para a igreja em todos os tempos.

## 1. O CONCEITO BÍBLICO DE CONFESSIONALIDADE

Toda ideia de fé carrega um conteúdo proposicional. Toda fé exige um objeto e a identificação desse objeto materializa-se no conteúdo proposicional do que se crê. Não só “creio”, mas “creio em” é a exigência categórica de toda e qualquer declaração de fé. Todos creem (ou deixam de crer) em alguma coisa. Não é diferente no que respeita à fé cristã. Esta, com mais propriedade, sempre se apresenta com um conteúdo definido e a aceitação desse conteúdo equivale a uma “confissão de fé”. O verbo grego *homologeio*, do qual deriva o nosso “confessar”, significa literalmente “falar a mesma linguagem” e, portanto, “concordar com”. Por extensão de sentido, “admitir”, “reconhecer” ou “confessar”. Uma confissão é uma declaração de concordância. Portanto, uma confissão de fé, no sentido bíblico, é uma declaração de concordância com o conteúdo do que nos é afirmado nas Escrituras sobre Deus, sobre nós mesmos e sobre o mundo.

Porém, mais do que isso, o conceito bíblico de confissão vai além e inclui também uma ação que demonstra essa concordância. É a ação que, em várias passagens das Escrituras, é chamada de “confissão”. Ela é a demonstração prática e pública daquilo que se crê, de tal forma que a confissão se confunde com a própria fé, pelo menos em termos práticos. Jesus certamente estava se referindo a este sentido quando disse: “...portanto, todo aquele que me confessar diante dos homens, também eu o confessarei diante de meu Pai, que está nos céus; mas aquele que me negar diante dos homens, também eu o negarei diante de meu Pai, que está nos céus”(Mt 10.32-33). A fé não é a própria confissão verbal diante dos homens, embora esta seja uma parte importante do processo, mas aquilo que é produzido no coração pelo Espírito de Deus.

<sup>1</sup> Ver SCHAFF, Philip. *The Creeds of Christendom*. Grand Rapids: Baker, 1990, vol. 1, p. 9.

Mas é esta fé no coração que leva o indivíduo a confessar o que crê e a agir de acordo com o que confessa. É o processo que Paulo chama de “crer com o coração” e “confessar com a boca”, em Romanos 10.9-10. Pode-se alegar que esta fé da qual Jesus e Paulo tratam é a fé salvadora e não a fé doutrinária ou proposicional, mas a relação entre ambas pode ser feita. A fé salvadora leva necessariamente à fé confessional, de caráter prático. Os termos usados para ambas são os mesmos.<sup>2</sup> É também com o mesmo termo “confissão” (*homologia*) que Paulo se refere em 2Coríntios 9.13 à prática da generosidade dos coríntios, com respeito à assistência aos santos, como sendo uma glorificação a Deus em virtude da obediência da “confissão do evangelho de Cristo”.<sup>3</sup> Neste conceito estão presentes não só o elemento teórico da confessionalidade do evangelho (seu conteúdo) como também a sua prática, a obediência. Esta confissão (*homologia*) é a que Timóteo também fez perante muitas testemunhas e que Paulo qualifica como “boa”, por ter como objeto o evangelho da fé (1Tm 6.12). É possível que Paulo estivesse se referindo a um momento da vida de Timóteo em que ele confessara a sua fé de forma pública, mas parece mais provável que estivesse apenas fazendo menção à maneira como ele, Timóteo, exercitava de forma prática a fé que havia abraçado e na qual Paulo o exortava a perseverar. É este o sentido que Calvino dá ao termo nesta passagem: “Entendo confissão, aqui, no sentido não de algo expresso verbalmente, mas de algo realizado de forma concreta, e não numa única ocasião, mas ao longo de todo o seu ministério”.<sup>4</sup> A aceitação do evangelho e, no caso de Timóteo, da sua chamada para pregá-lo e batalhar por ele, implica não só a crença no seu conteúdo, mas o compromisso de viver conforme esse conteúdo. É o que Paulo chama de “boa confissão”.

Este aspecto prático da “boa confissão” é, nesta mesma passagem de 1 Timóteo 6.12-13, ilustrado com o exemplo do próprio Senhor Jesus que, diante de Pilatos, “deu o testemunho da boa confissão” (v. 13). Foi com a sua vida e especialmente com a sua morte que Jesus fez essa “boa confissão” (*καλήν ὁμολογίαν* – *kalen homologian*). O conteúdo do evangelho fez-se evidente na morte do Senhor Jesus e a isso Paulo chama de “confissão”. Como disse Calvino, Cristo ratificou a sua doutrina, a qual Timóteo professava, não com palavras, mas com a sua morte.<sup>5</sup>

<sup>2</sup> *Homologeo* para o verbo “confessar” e *homologia* para o substantivo “confissão”.

<sup>3</sup> A preposição ἐπί, usada com o genitivo em sentido figurado, tem o propósito de mostrar a base ou a evidência de alguma coisa, podendo ser traduzida como “por causa de”, “em razão de”, ou “devido a”. Neste texto de 2Coríntios 9.13, no contexto em que ela é usada (ἐπὶ τῇ ὑποταγῇ τῆς ὁμολογίας ὑμῶν εἰς τὸ εὐαγγέλιον τοῦ Χριστοῦ), traz a ideia de que a ministração daquela generosidade era feita em razão ou como prova da obediência (ou submissão) daqueles crentes à confissão do evangelho que haviam feito.

<sup>4</sup> CALVINO, João. *As Pastorais*. São Paulo: Edições Paracletos, 1998, p. 173.

<sup>5</sup> Ver CALVINO, 1998, p. 174-175.

O autor da epístola aos Hebreus exorta os seus leitores a conservarem firme a sua confissão (*homologia*), lembrando que Jesus é dela o Apóstolo e Sumo Sacerdote (4.14; 10.23; 3.1). Por confissão ele não está, ao que tudo indica, se referindo ao ato público de uma profissão de fé, mas à convicção que Jesus havia formado em seus corações a respeito de quem ele era. Ao dizer que Jesus é o “Apóstolo e Sumo Sacerdote da nossa confissão” (3.1) o autor usa, no grego, um genitivo de objeto (τῆς ὁμολογίας ἡμῶν) para assinalar que Jesus é o objeto dessa confissão.<sup>6</sup> É nele que o autor e seus leitores haviam crido e era ele a pessoa que confessavam como apóstolo e sumo sacerdote. A confissão equivalia à fé que tinham depositado nele.

Esses textos servem para mostrar o verdadeiro caráter de uma confissão e, por conseguinte, da confessionalidade. Quando o conteúdo da fé é passado para um registro escrito na forma de um credo ou confissão, corre-se o risco de tal registro ser visto apenas como uma formulação teórica e não como uma confissão no sentido bíblico, que é algo que tem a ver não só com a crença ou sua mera profissão, mas com o modo de agir em relação a ela. Quando isto acontece, perde-se o sentido primário e essencial da confessionalidade em benefício apenas do seu aspecto formal ou ideológico. Por esta razão, infelizmente, a confessionalidade pode ser vista apenas como uma fórmula teórica a que alguém deve dar seu consentimento, mas com a qual não precisa se comprometer em termos de conduta cristã ou mesmo de coerência teológica. Ao tratar desse assunto, portanto, é necessário que se estabeleça, de início, o princípio de que não pode existir confissão verdadeira sem fé verdadeira. Essa confissão não precisa necessariamente ser verbalizada em palavras ou fórmulas escritas, mas precisa se externar em formas de pensamento e conduta que a manifestem, como vimos nos textos bíblicos acima considerados.

Por outro lado, a verbalização é quase que uma decorrência natural e inevitável da fé. É através dela que o conteúdo da fé se materializa e pode ser conhecido. “Cri, por isso falei” é o texto que Paulo cita do Salmo 116.10 (conforme a Septuaginta) em 2Coríntios 4.13 para também verbalizar a sua fé no cuidado providencial de Deus pelos seus, quando repete o salmista: “Também nós cremos; por isso, também falamos”. Na Bíblia, quase sempre crer é também falar. Os cânticos de personagens bíblicos, como os de Moisés (Ex 15.1-19), Davi (2 Sm 22), Maria (Lc 1.46-51), Zacarias (Lc 1.68-79) etc., assim como grande número dos salmos, podem ser considerados como verdadeiros credos ou confissões de fé ou a fala incontida que demonstra a fé que estava naqueles

<sup>6</sup> O mesmo uso desse genitivo é encontrado em Hebreus 10.23, onde o autor se refere à “confissão da esperança”, ou seja, à “esperança que confessamos”, como traduz a NVI, e em 2Coríntios 9.13, onde Paulo fala sobre a “obediência da vossa confissão”, ou seja, a obediência que acompanhava a confissão que aqueles crentes faziam (ver nota 4). A NVI traduz essa expressão de Hebreus 3.1 como “...Jesus, apóstolo e sumo sacerdote que confessamos”.

corações. A ideia de confessionalidade, portanto, está intimamente ligada à da proclamação daquilo que se crê.

No que diz respeito aos credos e confissões, que são também proclamações de fé, seria de se esperar que tais proclamações fossem sempre unívocas, pois só há um ensino correto das Escrituras e cabe aos seus intérpretes defini-lo e expressá-lo com precisão. Todavia, esta é uma tarefa quase impossível, não só devido aos diferentes pressupostos e métodos de interpretação bíblica usados para obtê-lo, mas até mesmo pela falta de elementos suficientes em alguns dos pontos da revelação para se chegar a uma conclusão inequívoca sobre eles. Isto explica as pequenas divergências existentes entre algumas das expressões confessionais protestantes, mesmo entre as que podem ser legitimamente chamadas de reformadas, ainda que tais divergências, obviamente, não digam respeito às doutrinas essenciais da fé cristã. É a razão porque não temos uma confissão única que atenda igualmente ao modo de pensar de todos os ramos do cristianismo.

## 2. O CONCEITO BÍBLICO DE FÉ COMO UM CONJUNTO DE VERDADES QUE EQUIVALE AO QUE CHAMAMOS HOJE DE CONFSSIONALIDADE

Nas Escrituras o termo “fé” é usado também para exprimir aquele conjunto de ensinamentos ou doutrinas (*didake* ou *didaskalia*) encontrados tanto nas Escrituras do Antigo Testamento como nas do Novo, nas instruções que os apóstolos (ou os que estavam sob sua autoridade) outorgaram à igreja, autorizados por Jesus e por ele instruídos através do Espírito. É o que em Atos 2.42 é denominado “doutrina dos apóstolos”. Paulo se refere a ela como “meu evangelho e a pregação de Jesus Cristo” (Rm 16.25); “a fé evangélica” (Fp 1.27); “a doutrina” (1Tm 4.16; 6.1; 2Tm 3.10 e Tt 1.9 e 2.10); “a sã doutrina” (1Tm 1.10 e Tt 2.1) ou ainda “as sãs palavras de nosso Senhor Jesus Cristo” e “ensino segundo a piedade” (1Tm 6.3). Ensino e doutrina são para Paulo palavras sinônimas. Em Romanos 12.7, 1Timóteo 4.13 e Tito 2.7 ele usa o termo *didaskalia* para o ato de ensinar, enquanto em outras passagens usa o mesmo termo para denotar o conteúdo do ensino, como nos textos acima mencionados. João também usa o termo doutrina (*didaskalia*) para denotar todo o conjunto dos ensinamentos de Cristo (2Jo 1.9).

Esse ensino ou doutrina (*didaskalia*), no sentido do seu conteúdo, é apresentado por Paulo como sendo a medida ou o padrão pelo qual as Escrituras deviam ser interpretadas no exercício do “dom da profecia”, método que em Romanos 12.6 ele chama “analogia da fé” (τὴν ἀναλογίαν τῆς πίστεως). Por fé, ao que tudo indica, ele se referia ao conjunto da revelação encontrada nas Escrituras Sagradas, tanto do Antigo Testamento quanto do ensino apostólico já existente. O termo “fé” é usado em Colossenses 2.7 para referir-se à instrução que os crentes daquela igreja tinham recebido e na qual deveriam andar, por

estarem nela confirmados. Paulo equipara a fé à boa doutrina que Timóteo havia recebido (1Tm 4.6) e a apostasia da fé ao seguimento do ensino de demônios (1Tm 4.1). É também nesse sentido que Judas usa o termo fé, em prol da qual exorta os seus leitores a batalhar (v. 3).

Deve-se notar, todavia, que mesmo nos dias apostólicos já houve a necessidade de se acrescentar, em alguns casos, um adjetivo para distinguir a fé verdadeira da falsa, ou seja, a doutrina sã da contaminada ou distorcida (1Tm 1.10; 4.3,6; Tt 2.1). Sempre houve necessidade de uma definição mais clara do que está compreendido no conteúdo da fé cristã e de como esta se distingue de outros modos de crer. Foi por essa razão e com esse propósito que surgiram os credos e, mais tarde, as confissões na igreja cristã.

Já nos dias apostólicos encontramos breves expressões confessionais, especialmente com relação a Jesus Cristo, tais como as de Pedro: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo” (Mt 16.16); “Senhor, para quem iremos? Tu tens as palavras da vida eterna; e nós temos crido e conhecido que tu és o Santo de Deus” (Jo 6.68-69); de Natanael: “Mestre, tu és o Filho de Deus, tu és o Rei de Israel” (Jo 1.49); de Tomé: “Senhor meu e Deus meu” (Jo 20.28); do carcereiro de Filipos: “Eu creio que Jesus Cristo é o Filho de Deus” (At 8.36-37) e de Paulo: “...e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai” (Fp 2.11) Tais expressões confessionais podem ser encontradas, em formas mais curtas, mesmo no Antigo Testamento, em passagens como Deuteronômio 6.4 e 1 Reis 6.18, em que Iavé é apresentado não só como Deus, mas como o único Deus. Proclamações de fé um pouco mais longas podem ser encontradas nas epístolas de Paulo, como em 1Coríntios 8.6; 12.3; 15.3-7 e 1Timóteo 3.16. João condiciona o conhecimento de que algo procede de Deus à confissão de que Jesus Cristo veio em carne (1Jo 4.2). Portanto, os credos e as confissões sempre estiveram presentes na experiência dos crentes, em todo o tempo, como expressão de sua fé.

### **3. EM MATÉRIA DE CONFSSIONALIDADE, A REFORMA DIZ RESPEITO À IGREJA, NÃO À FÉ**

Uma importante questão a ser considerada quando se discute o tema da confessionalidade é se a fé precisa ser reformada. Na verdade, a pergunta é: Pode-se reformar a fé? Vê-se, de início, que a própria designação “fé reformada” pode não ser a mais adequada para denominar o modo de se entender as doutrinas bíblicas ensinadas e enfatizadas pelos reformadores e pelos que os seguiram. O próprio Calvino não parece ter usado essa designação.<sup>7</sup>

<sup>7</sup> O uso dessa expressão, ao que tudo indica, não se encontra nos escritos dos reformadores. Embora ela ocorra na tradução inglesa da biografia de João Calvino, escrita por Teodoro Beza, onde se diz que Calvino passou a devotar-se ao estudo da Escritura e a aborrecer todo tipo de superstição, depois que se familiarizou com a “fé reformada”, por meio do seu parente Pierre Robert Olivet (ver “Life of

Há um sentido em que todos os grupos que aderiram à Reforma do século 16, formando os diferentes ramos dela oriundos, podem ser chamados de “reformados”. São, em maior ou menor medida, herdeiros do grande movimento que produziu a ruptura com a igreja medieval (católica). Eles ficaram caracterizados pela crença e defesa dos cinco “Sola”: *Sola Scriptura* (Somente a Escritura), *Solus Christus* (Somente Cristo), *Sola Gratia* (Somente a Graça), *Sola Fide* (Somente a Fé) e *Soli Deo Gloria* (Somente a Deus a glória). Estas são, sem dúvida, marcas da fé reformada desde os seus primórdios. O termo, porém, mais tarde, passou a ser usado de modo específico para designar os grupos ou igrejas que não apenas romperam com crenças e práticas não bíblicas da igreja medieval, como outros fizeram, mas também salientaram algumas doutrinas específicas como a soberania de Deus, a eficácia e invencibilidade da graça redentora, a relação entre a lei e o evangelho, uma eclesiologia que não distingue entre Israel e Igreja como objetos de uma mesma aliança (totalmente baseada na graça divina) e, dentre outras, a ênfase em uma soteriologia inteiramente teocêntrica e monergística (que começa e termina com Deus), enunciada nos chamados Cinco Pontos do Calvinismo. Estas não eram doutrinas novas, descobertas ou desenvolvidas no século 16, mas antigas doutrinas das Escrituras já ensinadas e enfatizadas desde o tempo dos apóstolos.

Mas voltemos à nossa pergunta: A fé precisa ou, mesmo, pode ser reformada? Era a fé ou a igreja que precisava de reforma? Quando designamos a fé como “reformada” não estamos dizendo que ela passou por uma reforma ou mudança. Não foram as doutrinas do cristianismo (esse depósito sagrado que chamamos de “fé”) que mudaram. Foi a igreja que mudou para voltar a afirmá-las. O qualificativo “reformada”, hoje acrescentado à palavra “fé”, apenas quer dizer que a igreja voltou a afirmar e subscrever as antigas doutrinas do evangelho. Nada mais do que isso. A reforma não se deu no campo da fé, mas na esfera da igreja.

Infelizmente, esse conceito histórico tem perdido o seu significado. Ele se tornou amplo e vago. Pássaros de diferentes plumagens podem confortavelmente se abrigar sob a proteção dessa árvore frondosa e acolhedora, hoje chamada de “fé reformada”. E, ao que tudo indica, isto se deve ao entendimento tão difundido em nossos dias de que a natureza da fé deve ser volátil, sujeita a mutações ao sabor das tendências e variações teológicas de cada época.

---

John Calvin”, in: TORRANCE, T. F., ed. *John Calvin's Tracts and Treatises*. Grand Rapids: Eerdmans, vol. I, p. lx), essa não é a expressão usada no original em francês, o qual, em vez de “fé reformada” tem “religião pura” (ver: “L’histoire de la vie et mort de feu M. Jean Calvin”. Disponível em: [http://books.google.com.br/books?id=SCcAAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=%22L%27histoire+de+la+vie+et+mort+de+feu+mr+Jean+Calvin,+fidele+serviteur+de+J%C3%A9sus%22&source=bl&ots=kfsRNN0G1K&sig=4egDI75VJt7shFUZZtvUgcVp7ZI&hl=ptBR&ei=8hcATOu0CobGIQfMmPX5CQ&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBgQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=SCcAAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=%22L%27histoire+de+la+vie+et+mort+de+feu+mr+Jean+Calvin,+fidele+serviteur+de+J%C3%A9sus%22&source=bl&ots=kfsRNN0G1K&sig=4egDI75VJt7shFUZZtvUgcVp7ZI&hl=ptBR&ei=8hcATOu0CobGIQfMmPX5CQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CBgQ6AEwAA#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 28 maio 2010.

Associa-se a esse conceito o lema sempre citado como provindo da Reforma: *Ecclesia reformata semper reformanda est*.

Não se sabe ao certo a origem desse moto. Ele é geralmente atribuído ao teólogo holandês Gisbertus Voetius (1589-1676), calvinista de considerável expressão no século 17 e que participou do Sínodo de Dort (1618-1619) por ocasião da controvérsia arminiana, quando foram definidos os cinco pontos do calvinismo em resposta aos cinco pontos postulados pelos seguidores de Tiago Armínio (também conhecidos como os cinco pontos do arminianismo). Se Voetius foi o originador do moto, então a ideia que ele quis passar não era a de que a igreja deveria estar sempre aberta a mudanças em seu sistema doutrinário, ou buscando promovê-las, pois ele não seguiu o partido que queria mudanças na posição soteriológica das igrejas reformadas da época (arminianismo), mesmo tendo sido, ele próprio, aluno de Armínio. Pelo contrário, opôs-se a elas veementemente como se opunha a qualquer movimento filosófico ou teológico que, porventura, pudesse influenciar negativamente a ortodoxia, como fez com o catolicismo, o anabatismo, o judaísmo, o cartesianismo, o jansenismo e até mesmo com o seu companheiro de fé calvinista Johannes Coccejus, do qual discordava em alguns pontos teológicos.<sup>8</sup> Voetius ficou conhecido como um calvinista rígido e intransigente e inimigo feroz do arminianismo, contra o qual já lutava mesmo antes do Sínodo de Dort (1618-1619).<sup>9</sup> Ainda que a expressão tenha se iniciado com Voetius, é difícil imaginar que ele pudesse defender a ideia de uma fé mutante, sempre aberta a atualizações. Além disso, o ponto principal é que a expressão não se refere a uma mudança na fé, mas na igreja. O lema é *Ecclesia reformata semper reformanda est* e não *Fides reformata semper reformanda est*.

Os reformadores não pretenderam reformar a fé, entendida esta como a expressão das doutrinas exaradas nas Escrituras, mas trazer a igreja de volta a ela. Reformar é trazer à forma antiga, restaurar à situação original. Portanto, se a expressão for tomada no sentido de inovação, de adoção de uma nova teologia contrária ou diferente da fé bíblica, ela não se coaduna com o conceito dos primeiros reformadores e dos que os seguiram. Basta ler os escritos de Calvino para se ter plena certeza de qual era o espírito da Reforma. Na sua defesa da “Necessidade de Reforma da Igreja”, dirigida ao imperador Carlos V, aos príncipes e a outras autoridades reunidas na 4ª Dieta de Spira, em 1544, Calvino escreve:

<sup>8</sup> Ver “Gisbertus Voetius” in: <http://www.vbru.net/src/theologiens/voetius.htm>; <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/631794/Gisbertus-Voetius>, e [http://www.biblicaltheology.org/1894\\_6.pdf](http://www.biblicaltheology.org/1894_6.pdf). Acesso em: 14 abr. 2010.

<sup>9</sup> Ver “Gisbert Voetius: Defender of Orthodoxy”, in <http://www.vbru.net/src/theologiens/voetius.htm>, e “Gisbertus Voetius”, in [http://www.reformedfellowship.net/articles/vandam\\_gisbertus\\_voetius\\_mar06\\_v56\\_n03.htm](http://www.reformedfellowship.net/articles/vandam_gisbertus_voetius_mar06_v56_n03.htm). Acesso em: 14 abr. 2010.

Desejo, no entanto, que todo o proveito que a Igreja tenha recebido de nossos labores não tenha qualquer efeito para amenizar nossa culpa se, em qualquer ponto, lhe tivermos causado algum dano. Portanto, que seja examinada toda a nossa doutrina, nossa forma de administrar os sacramentos e nosso método de governar a igreja; e em nenhuma destas três coisas se achará qualquer mudança que tenhamos feito, em relação à forma antiga, que não tenha sido para restaurá-la ao padrão exato da Palavra de Deus.<sup>10</sup>

Na apresentação desse documento, que Calvino chamou de “uma humilde exortação”, ele deixa claro que o seu propósito ao escrevê-lo era pedir, “em nome de todos os que desejam que Cristo reine” que fosse “empreendida seriamente a tarefa de restaurar a igreja”. A reforma, no entendimento de Calvino (e o mesmo poderia ser dito com respeito aos demais reformadores) era a tarefa de restaurar a igreja ao que era antes, não a de atualizá-la. Na época dos reformadores era a igreja que precisava de reforma, não a fé. Esta é irreformável, pois é a norma pétrea na qual a igreja se firma. Judas diz que a fé foi entregue “de uma vez por todas aos santos” (Jd 3). A sã doutrina precisava apenas ser redescoberta, pois estava sepultada debaixo de uma nuvem de escuridão, como se expressou Calvino naquele mesmo documento.<sup>11</sup>

A própria máxima acima referida tem mais de uma versão, qualquer que seja a sua fonte original. A versão mais completa é: *Ecclesia reformata semper reformanda est secundum verbum dei* (“A igreja reformada está sempre se reformando – ou sendo reformada – conforme a Palavra de Deus”). Essa nos parece a versão mais adequada ao espírito da Reforma do século 16. Mesmo a reforma da igreja, quando necessária, precisa ser feita segundo a Palavra de Deus. É ela o padrão pelo qual toda declaração de fé precisa ser averiguada e conferida. Uma mudança na fé não seria reforma, mas extravio ou deturpação. Ela só pode ter lugar quando tal fé for falsa e não expressar o ensino correto da Escritura. É como Paulo afirmou:

Mas, ainda que nós ou mesmo um anjo vindo do céu vos pregue evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema. Assim, como já dissemos, e agora repito, se alguém vos prega evangelho que vá além daquele que recebestes, seja anátema (Gl 1.8-9).

Também era deste modo que Calvino se referia às Escrituras:

Como, porém, não se outorguem oráculos dos céus quotidianamente, e só subsistem as Escrituras, na qual aprovou ao Senhor consagrar sua verdade e perpétua

<sup>10</sup> CALVIN, John. *The Necessity of Reforming the Church*. Dallas: Protestant Heritage Press, 1995, p. 40-41. Minha tradução.

<sup>11</sup> Cf. CALVIN, 1995, p. 38-39.

lembrança, elas granjeiam entre os fiéis plena autoridade, não por outro direito senão aquele que emana do céu onde foram promulgadas, e, como sendo vivas, nelas se ouvem as próprias palavras de Deus.<sup>12</sup>

As mudanças que os reformadores defenderam foram as que serviram para trazer a igreja de volta à simplicidade do evangelho.

#### **4. OS USOS DA CONFSSIONALIDADE**

Nas palavras de Philip Schaff,

... as confissões, devidamente subordinadas à Bíblia, são de grande valor e uso. São sumários das doutrinas da Bíblia, auxílio para a sua sã compreensão, vínculo de união entre os seus mestres e padrões e salvaguardas públicos contra a falsa doutrina e a prática errônea.<sup>13</sup>

Ainda, segundo ele, o primeiro objetivo dos credos foi distinguir a igreja do mundo, dos judeus e dos pagãos; depois, distinguir a ortodoxia da heresia e, finalmente, distinguir as denominações entre si. Esses símbolos doutrinários servem para a igreja como as constituições e regulamentos servem para qualquer sociedade bem organizada.<sup>14</sup> Dentre esses usos, podemos destacar pelo menos quatro: a confirmação ou proclamação, a identificação, a instrução e a correção.

##### **4.1 Confissão e proclamação da fé**

A confissão é ao mesmo tempo uma afirmação de fé e de compromisso. Confessar é reconhecer, é admitir, é concordar. Ao confessarmos a nossa fé estamos afirmando a nossa concordância com o que confessamos e isso traz implicações. Como já foi dito aqui, declarar concordância com uma confissão de fé não é apenas uma formalidade a ser preenchida para algum efeito eclesial, como a admissão ao rol de membros de uma igreja ou ao seu governo. É um ato de adoração ou que, pelo menos, o pressupõe como resultado. Um bom exemplo disso encontramos em João 9. 35-36, na resposta do cego de nascença que foi curado por Jesus. Quando Jesus lhe perguntou “crês tu no Filho do Homem?”, ele quis saber quem era este para que nele cresse. Ao identificar-se Jesus como o próprio, a resposta afirmativa veio acompanhada de uma ação. João narra que esse homem disse “creio, Senhor”, e acrescenta um importante detalhe: “e o adorou”. A mesma coisa pode ser vista em textos como Mateus 14.23; 28.9 e 17, em que confissão e adoração vão juntas. Também

---

<sup>12</sup> CALVINO, João. *As Institutas*: edição clássica. São Paulo: Cultura Cristã, 2006, vol. 1, p. 73 (I, 7, 1).

<sup>13</sup> SCHAFF, 1990, p. 8.

<sup>14</sup> SCHAFF, 1990, p. 8-9.

em Apocalipse 5.9-14 encontramos o mesmo fato: o cântico dos quatro seres viventes e dos vinte e quatro anciãos é ao mesmo tempo confissão e adoração.

#### **4.2 Identificação e distinção**

A confessionalidade serve também para identificar e unir os que creem nas mesmas doutrinas, assim como para distingui-los dos que assim não o fazem. Como vimos nas palavras de Schaff, já citadas, desde os primórdios da igreja neotestamentária os credos e as confissões desempenharam um papel importante, tanto na identificação dos que têm a mesma crença como na dos que não a têm. Eles serviram tanto para unir como para separar. Talvez seja esse um dos motivos porque nem sempre são bem vistos e aceitos. São acusados de instrumentos de divisão e sectarismo. Naturalmente que a crítica pode ser verdadeira se a autoridade dos credos for colocada acima da autoridade das Escrituras e, principalmente, se aqueles não estiverem em concordância com estas. É possível que divisões denominacionalistas ocorram por mero espírito sectarista e não por convicções doutrinárias. Porém, mais uma vez, é preciso lembrar que toda sociedade bem organizada precisa de princípios e parâmetros pelos quais possa se conduzir, e a igreja não foge à regra. Há um sentido, então, em que o denominacionalismo não é necessariamente um mal em todos os seus aspectos. Como destacou Schaff, no início os credos serviram para distinguir a igreja do mundo pagão e dos judeus; depois, para distinguir a ortodoxia da heresia e, finalmente, para fazer distinção entre as próprias denominações entre si. Esse fenômeno passou a acontecer após a Reforma, com a multiplicação dos ramos protestantes oriundos desse movimento. As confissões, então, passaram a servir não só para afirmar a ortodoxia, mas também para dar expressão e reunir, em diferentes denominações, pessoas que diferiam de outras no seu modo de entender certas doutrinas secundárias sobre as quais a Escritura não é totalmente clara.

#### **4.3 Instrução**

Os credos, catecismos e confissões servem também para instruir os crentes nas doutrinas das Escrituras. O verbo grego *katecheo* (κατηχέω), do qual vem o termo “catecismo”, significa “ensinar de forma audível” ou “sistemática” e, no uso comum, instruir ou ensinar, como encontramos em Atos 18.25 e Gálatas 6.6. A Reforma se serviu desse recurso com grande proveito para instruir o povo, especialmente as crianças, nas doutrinas das Escrituras.

#### **4.4 Correção**

Um último uso das confissões pode ser o da correção. Foi através dos credos, em especial, que nos séculos 4º e 5º desvios históricos a respeito da doutrina bíblica, especialmente com relação à cristologia, foram corrigidos e heresias foram denunciadas. No século 16 os desvios do catolicismo foram

expostos e denunciados por meio das confissões, com suas formulações doutrinárias sobre doutrinas básicas como as da autoridade e suficiência das Escrituras, da justificação exclusivamente pela fé, do lugar das boas obras na salvação, da necessidade da santificação, da natureza e governo da igreja, do número e natureza dos sacramentos, etc. Da mesma forma, ainda hoje é através das suas confissões que as igrejas podem exigir de seus membros a lealdade aos princípios doutrinários que entendem ser bíblicos e convincentes, inclusive usando-os como padrão para a disciplina eclesiástica, no que diz respeito à ortodoxia.

## 5. OS LIMITES DA CONFSSIONALIDADE

Uma última palavra deve ser dita com respeito aos limites da confessionalidade. Até onde vai a autoridade da igreja para exigir de seus membros obediência ou lealdade aos seus símbolos confessionais?

Como já foi dito, é preciso reconhecer que as confissões não possuem a mesma autoridade intrínseca das Escrituras. Há uma diferença de natureza entre a revelação bíblica e a sua interpretação ou exposição encontrada nos credos e nas confissões. A primeira é revestida da autoridade divina outorgada pelo Espírito Santo no processo da inspiração. Em outras palavras, é inspirada, normativa e, por isso, infalível e inerrante na forma original em que foi dada (autógrafos). Este é um dos pressupostos da fé reformada. Já os credos e as confissões obviamente não têm esse caráter. São fruto do esforço sério e cuidadoso de pessoas que se dedicaram ao trabalho de interpretar e expor as doutrinas encontradas na revelação, mas sem a garantia da infalibilidade que foi dada pelo Espírito quando moveu ou “carregou” os homens que produziram as Escrituras. Aqueles foram homens que, como diz Pedro, “falaram da parte de Deus, movidos pelo Espírito Santo” (1Pe 1.21). Esse processo naturalmente não ocorreu na produção dos credos e das confissões. Mas nem por isso deixam de ser importantes, úteis e necessários como afirmação, exposição e padronização do que a igreja tem entendido, ao longo dos anos, ser o ensino bíblico que ela deve aceitar e praticar. Os autores bíblicos foram os portadores da profecia (1Pe 1.21). Os autores dos credos e confissões foram os seus intérpretes, pessoas a quem o Espírito concedeu o “dom da profecia” para explicá-la e interpretá-la segundo a “analogia da fé”<sup>15</sup> (Rm 12.6).

<sup>15</sup> Essa é a maneira como Calvino entende a expressão grega *ἀναλογίαν τῆς πίστεως* – “o dom de interpretar as Escrituras e aplicá-las à igreja”. Essa interpretação é a que faz mais justiça ao sentido do termo “analogia”, que significa proporção, não no sentido de medida ou extensão, mas de igualdade, congruência ou conformidade. Assim, a proporção da fé é a coerência que um texto das Escrituras mantém com os demais e deve nortear a sua interpretação. Fé aqui, então, deve ser entendida como o conjunto da revelação bíblica, que é o seu objeto ou conteúdo. Ver nota do editor da versão em inglês do comentário de Romanos de Calvino, em *Commentaries on the Epistle of Paul the Apostle to the Romans*. Grand Rapids: Baker, p. 461, nota 1.

Outro ponto que precisa ser observado é que, nas confissões, nem todas as formulações apresentadas tratam de assuntos claramente definidos nas Escrituras. É neste particular que entram as diferenças de entendimento e interpretação e, por conseguinte, as divergências entre elas, mesmo entre as reformadas. Todavia, essas divergências não dizem respeito aos temas fundamentais da fé cristã, mas a pontos secundários. A própria *Confissão de Westminster* reconhece que “na Escritura não são todas as coisas igualmente claras em si, nem do mesmo modo evidentes a todos”.<sup>16</sup>

Devido a esse fato, há lugar para interpretações diferentes sobre vários assuntos (tais como governo da igreja, modo de batismo, modo do culto, escatologia especial, etc.) e estes são alguns dos pontos secundários que, juntamente com outros fatores de natureza circunstancial ou histórica, têm dividido os reformados em vários grupos denominacionais, o que apenas serve para testemunhar que há liberdade de pensamento e de consciência na sua confessionalidade. Ninguém é obrigado a subscrever doutrina ou pensamento que não esteja de acordo com a sua consciência ou modo de entender as Escrituras. Mas, também por questão de consciência, ninguém deve criar embaraços àqueles que assim pensam e creem, ao se associar a uma igreja com cujos princípios e crenças não concorda.

### CONCLUSÃO

Concluindo, os seguintes pontos podem ser destacados como um sumário do que temos discutido neste artigo e que entendemos ser elementos essenciais do conceito de confessionalidade da igreja de Cristo:

1. A confessionalidade faz parte da própria natureza da fé e, por extensão, da igreja que professa a fé.
2. A confessionalidade implica compromissos. Não é possível crer sem se comprometer com aquilo em que se crê.
3. O conteúdo da fé tem sido demonstrado através de credos, confissões e declarações ao longo da história da igreja.
4. Esses credos e confissões da vertente reformada se caracterizam não só pela aceitação das doutrinas que são comuns aos demais ramos protestantes, mas por outras específicas, geralmente conhecidas como as doutrinas da graça, devido à forte ênfase na soberania de Deus em todos os aspectos de seu trato com a criação e especialmente com o homem.
5. Não é a fé que precisa ser reformada, mas a igreja, quando se desvia dela, ou seja, quando se afasta daquele depósito sagrado que nos foi legado pelos escritores bíblicos.

---

<sup>16</sup> *A Confissão de Fé*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1991, I.9.

6. A confessionalidade serve para proclamar a crença de um determinado grupo denominacional, identificá-lo e caracterizá-lo em relação a outros grupos, instruir os seus membros e corrigir afastamentos e distorções, dentre outras funções.

7. A confessionalidade tem seus limites. Ela nunca deve ser colocada em pé de igualdade com as Sagradas Escrituras, pelas quais deve ser julgada e aferida. Se for necessário, ela deve ser revista para se ajustar ao ensino claro e insubstituível das Escrituras. É como se deve entender a expressão *Ecclesia reformatata semper reformanda est secundum verbum dei* (“A igreja reformada está sempre se reformando segundo a Palavra de Deus”).

8. Devido ao fato de as Escrituras não serem claras em todos os pontos de que deve se ocupar a confessionalidade de uma igreja ou grupo denominacional, existem divergências em assuntos secundários entre alguns desses grupos, o que não prejudica a comunhão da fraternidade cristã.

9. Este fato, porém, não significa que a confessionalidade de uma igreja ou grupo denominacional deva ou possa ser mudada ao sabor das tendências teológicas de cada época. Na medida em que ela for uma exposição ou interpretação fiel das Escrituras, não precisa e não pode ser alterada. E é assim que as confissões protestantes, de uma forma geral e, em especial, as reformadas, têm atravessado os séculos sem sofrer mudanças fundamentais.

10. A confessionalidade tem sido uma salvaguarda para a fidelidade doutrinária da igreja de Cristo, na medida em que esta se submete à autoridade suprema das Escrituras Sagradas, que são a própria Palavra de Deus.

### ABSTRACT

Does the church need a confession of faith? How does the Bible see the concept of confessionality? How to understand the slogan “The reformed church always reforming (or being reformed)” as being compatible with the idea of a stable confessionality? What uses can the church make of its confessionality and what are the limits to which it must be submitted? In this article the author intends to offer an answer to these questions in the light of Scripture and church experience along its history. He aims to demonstrate that confessionality is not only an intrinsic part of faith, but also a natural consequence of it. He argues that the church cannot give up a fixed confessionality without also renouncing its Christian identity and its safeguard to firmness and doctrinal purity, in line with biblical tenets. He argues that the slogan “The reformed church always reforming” should be understood in the light of the writings and practice of the reformers, not as an incentive to change its confessionality, once aligned to the Scriptures, but as a warning to keep this confessionality always consistent with the biblical teaching and to prevent and, if necessary, to remove from it any change that departs from that teaching. The author presents various uses with which confessionality serves the church, as the proclamation of its faith,

education and identification of its membership and even its discipline, when necessary. He recognizes, however, that there are limits that must be respected so that confessionality may not become a factor of division or a means of preventing freedom of conscience and belief among those who share the same faith as regards to secondary issues not addressed in Scripture or on which it is not as clear or obvious.

**KEYWORDS**

Church; Confessionality, *Ecclesia reformata et semper reformanda est*; Confession; Faith.